

Agricultura em São Paulo

BOLETIM DA SUB-DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Sumário:

Perspectivas Para o Ano Agrícola 1951/52	1
Questões de Política da Produção Agrícola ..	2
Situação da Lavoura	9
(Mercados e Preços)	12
Situação da Pecuária	16
Reerguimento das Fazendas de Café	18

ANO I Nº 5

AGOSTO 1951

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO

A AGRICULTURA EM SÃO PAULO

Boletim da Subdivisão de Economia Rural
Rua Anchieta, 41 - 6º andar, Caixa Postal, 8083

SUBDIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Chefe: Engº Agrº Ruy Miller Paiva

S E C Ç Õ E S

POLÍTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Engº Agrº Ruy Miller Paiva (Chefe)
Engº Agrº Salema Schattan

PREVISÃO DE SAFRAS E CADASTRO

Engº Agrº Marie Zareni (Chefe)
Engº Agrº Francisca Prudente Filhe
Engº Agrº Oswaldo Baptista da Costa

MERCADOS E PREÇOS

Engº Agrº Rubens Araujo Dias (Chefe)
Engº Agrº Constantine Carneiro Fraga

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO RURAL

Engº Agrº Oscar J. T. Eteri (Chefe)
Engº Agrº Fernando S. Gomes Jr.

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Diretor: Engº Agrº Mario D. Homem de Mello

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor: Geral: Engº Agrº Nelson Schmidt

SECRETARIA DA AGRICULTURA

São Paulo

BRASIL

PERSPECTIVAS PARA O ANO AGRICOLA 1951/52

Não se pode dizer que ano agrícola 1951/52 tenha se iniciado bem em São Paulo. Ainda que os preços dos nossos principais produtos não sejam de um modo geral maus, pois os de café e de algodão mostram cotações praticamente iguais as do ano passado e superiores às dos anos imediatamente anteriores e ainda que as perspectivas do mercado mundial, a julgar pela posição estatística desses produtos, sejam favoráveis, não se pode dizer que o ano agrícola de 1951/52 se inicia satisfatoriamente em São Paulo.

As flutuações de preços a que esses produtos vêm sendo sujeitos, flutuações violentas e muitas vezes inexplicáveis, trouxeram um mal estar profundo aos produtores. O espectro de anos ruins que vem acompanhando os agricultores nos últimos tempos acentuou-se de novo com a recente e inesperada queda no rendimento da colheita do café e com o decréscimo exagerado da produção de leite no período da seca. Além disso, a inflação continua a se fazer sentir na agricultura, elevando os preços das terras e dos bens de produção e dificultando a exploração lucrativa de uma empresa. As perspectivas de melhorias na forma de crédito fornecido pelo Banco do Brasil são mínimas. O mesmo ocorre com as bases em que os preços devem ser fixados, quer pela lei federal que garante os preços mínimos, quer pelas comissões de preços.

É difícil prever como os agricultores reagirão. É possível que haja uma diminuição de área plantada, devido a incerteza dos preços. Mas é certo que haverá uma retração no movimento de racionalização da agricultura que fora intensificada nos últimos anos com emprego de tratores e uso de adubos e inseticidas e que segundo admitia-se deveria ser grandemente intensificada na próxima safra.

	<u>1951</u>	<u>1950</u>	<u>1949</u>	<u>1948</u>
Café (benef. 60 quilos)	1.009,10	1.043,30	485,00	467,52
Algodão (em carço -15 quilos)	79,60	79,60	61,80	61,38
Arroz (benef. 60 quilos)	172,70	179,10	264,20	231,41
Milho (60 quilos)	70,40	49,40	73,70	68,47
Amendoim (em casca - 25 quilos)...	52,20	72,10	45,40	53,37
Mamona (per quile)	3,66	2,02	1,22	1,89

(1) Preços médios, mês de julho. Dados da Seção de Mercados e Preços da Subdivisão de Economia Rural.

QUESTÕES DE POLITICA AGRICOLA

Politica Cafeeira: Já era tempo de termos no Brasil uma politica firme e bem definida de proteção ao café. É o principal produto de nossa produção agricola, o maior item de nossa exportação e além disso contamos com uma experiencia de quase 50 anos de interferencia em sua produção e comércio. Não se compreende pois que se possa descurar de seus problemas e que se possa incorrer em certos erros elementares ao se tratar de suas soluções.

Infelizmente, ainda é isso o que acontece entre nós. O mez de julho está rico de exemplos, que atestam o estado primitivo em que nos achamos na arte de executar uma politica de defesa desse produto. Não temos um objetivo bem definido para os nossos programas: as medidas sao tomadas de afogadilho, sem estudos prévios e sujeitos a modificações radicais, demonstrando completa falta de orientação e de firmeza sobre o assunto. E o pior é que não existe a obrigatoriedade por parte dos dirigentes dos diversos órgãos que executam essa politica de dar a publico conhecimento dessas medidas e de seus resultados; resulta isso numa diluição de responsabilidade e numa condensação de rumores e boatos que prejudicam tanto o comercio normal como o proprio andamento das medidas programadas.

Um pequeno retrospecto das medidas relacionadas com a politica do café durante o mês de julho, condensado de noticias publicadas pela imprensa e de informações de pessoas ligadas ao mercado, mostra o seguinte: Em principios de julho, com a finalidade de atender aos reclamos da praça de Santos — que alegava não ser possível manter o volume de exportação devido a resolução que proibia a exportação a preços inferiores a 52,75 cents por libra — a Divisão de Economia Cafeeira resolvera entrar no mercado, comprando no disponível a 194 cruzeiros por 10 quilos.

Ainda que os resultados dessa medida se apresentassem de certo modo problematicos — pois os preços sendo inferiores aos minimos de exportação, poderiam quando muito reforçar a resistencia financeira dos comerciantes que não podiam exportar os seus produtos — o fato a se lamentar é que ela

não chegou a efetivar-se, porque segundo consta, o Banco do Brasil não teria concordado em financiar as aquisições (conta que teriam sido adquiridos apenas 250 sacos).

Fracassada essa tentativa resolveu-se adotar uma política em sentido contrário. Assim é que no dia 26 de julho foi abandonada a obrigatoriedade da exportação pelo preço mínimo. Sendo permitida a exportação pelo preço registrado no disponível de Santos significaria que o preço do café perdia o seu sustentáculo. Aparentemente a situação era pois de completo abandono da política de defesa, mas logo surgem os boatos de que o Governo Federal e até mesmo o Estadual teriam entrado no mercado a termo e afim de sustentar o preço. E alegar-se-ia que o pequeno acrescimento de cotação que se constatou nesse período teria sido motivado por essa interferência.

Sem analisar o resultado dessas modificações queremos apenas inistir na inconveniência de se adotarem medidas assim parciais sem procurar coordena-las em um plano e orientá-las segundo um objetivo determinado. O caoticismo dessa situação se agrava ainda mais quando se considera por exemplo que o abandono da política de fixação de preço mínimo de exportação foi tomado por ocasião em que os produtores e comerciantes de café, reunidos em assembleia, decidiam congratular-se com o Governo pelo acerto dessa medida ...

É de se desejar que o novo Instituto que ora vem de ser proposto pelo executivo ao Congresso e sobre o qual nos referimos neste Boletim (Boletim nº 1) possa nos trazer uma orientação sólida a política de defesa do nosso principal produto.

Recuperação do Vale do Rio Paraíba: Os jornais publicaram, há poucos dias, uma extensa relação de componentes da Comissão que deverá se encarregar da recuperação econômica do Vale do Rio Paraíba. São muitas as perspectivas em torno da futura atividade dessa Comissão

Ainda não foi noticiado o seu programa de trabalho. Não sabemos se limitar-se-á aos estudos dos problemas, ou se lhe caberá também a função executiva dos programas que vierem a ser planejados. Os produtores da região e os consumidores do Rio e São Paulo esperam que os resultados se façam sentir logo, numa melhoria das condições de produção e de abastecimento. Mas, também se encontra um sentimento de descrença em relação aos resultados que poderão advir de um trabalho, ainda que eficiente, dessa Comissão. Achrom muitos que o Vale do Paraíba não se enquadra no caso de regiões que podem ser reerguidas pela ação do Governo. Não basta, por exemplo, a construção de uma estrada de rodagem ou de uma usina elétrica para trazer o reerguimento econômico à região. Mesmo a retificação do rio, de que tanto se fala, pouco representará para a economia total da região, pois além de suas margens serem relativamente estreitas, já se acham em grande parte utilizadas. Para que se opere um reerguimento econômico da região do Vale do Paraíba é necessário que as terras de toda a região sejam aproveitadas com maior eficiência. Somente com a exploração sistemática e eficiente de todas as terras e com a instalação de certas indústrias que aproveitem os demais recursos da região é que se poderá obter um reerguimento do Vale. E isso é uma tarefa difícil de ser conseguida. Requer não somente a ação do Governo, como também a participação de todos os agricultores, pois, em última análise, é da decisão deste, de trabalhar mais e melhor, que depende o reerguimento da região.

E poderá a Comissão recém constituída fazer algo nesse sentido?

Afim de responder essa questão, deveríamos indagar o motivo dos agricultores não produzirem mais. A resposta, em suas linhas mais simples, é fácil de ser dada. A produção é pequena porque os preços pagos não são remuneradores. E não são remuneradores porque as terras, já cansadas e exploradas com técnica agrícola rotineira não permitem produção elevada por unidade de área e conseqüentemente, menor custo por unidade de produto. Os elementos que podem estimular o aumento de produção, são, por conseguinte dois: melhores preços e melhores técnicas na exploração agrícola.

Ambos os elementos não são fáceis de serem forneci-

dos. A melhoria de preços, quando garantida através de tabelamento, além de ser geralmente inócua, resulta num aumento do custo de vida para os centros urbanos. Resultados mais positivos podem ser obtidos através da melhoria dos métodos de comercialização. Dêsse modo, pode-se aumentar o preço do produto, sem afetar o do consumidor. Mas, não é medida fácil de ser conseguida. É necessário dispor de uma Cooperativa que possa distribuir o produto no varejo, o que, aliás é oportuno lembrar, nem mesmo a Cooperativa de Cotia conseguiu ainda executar. A tarefa é muito difícil, não resta dúvida, mas é essencial porque sem preços exportáveis e remuneradores, nada se pode esperar dos agricultores.

Quanto à melhoria de técnica dos produtores, a tarefa não é menos fácil para a Comissão. Trata-se de uma região de terras pouco férteis, já muito lavadas pela erosão e de topografia difícil para o trabalho mecânico. Para se obter uma exploração eficiente se faz necessário um conjunto de medidas. Não é apenas fornecendo máquinas ou adubo aos agricultores, que se resolve a questão. É necessária uma reforma geral de culturas e de métodos, que permita o aproveitamento integral dos recursos. Assim é que os muros, para serem cultivados, além de adubados com matéria orgânica e mineral, precisam ser devidamente defendidos contra a erosão, com curvas de níveis, canais escoadores e rotação de culturas. E antes disso, é necessário escolher devidamente os terrenos e reservar os menos indicados para a formação de bosques florestais e invernadas. A criação animal exige uma intensa renovação dos rebanhos, construção de estabulos e silos; e os pastos precisam ser renovados e melhor divididos, com cercas para melhor aproveitamento. Sem aplicar todas essas medidas, conjuntamente, e de maneira eficiente, como fazem os agricultores dos países mais adiantados da Europa, não se consegue uma diminuição sensível do custo de produção. E a aplicação disso tudo requer agricultores com capacidade de organização, conhecimento técnico e principalmente, muito capital, pois sem muito dinheiro não se pode hoje fazer uma agricultura racional.

A comissão poderá iniciar os trabalhos, constituindo suas equipes de estudo, ou encarregando disso as repartições especializadas da Secretaria da Agricultura. Mas somente dispendo de recursos para adiantar aos lavradores é que

ela poderá auxiliá-los efetivamente a planejar e a reorganizar suas propriedades. A facilidade de crédito agirá como estímulo a muitos agricultores. No caso de certas terras próximas aos centros urbanos e adequadas a exploração de verduras e legumes e que não estejam sendo exploradas, haverá necessidade de recursos especiais para que a Comissão as adquira e em seguida as subdivida entre pequenos agricultores que desejem explorá-las eficientemente.

Em resumo, a Comissão poderá incentivar os agricultores a reorganizar suas propriedades e a formar Cooperativas de venda dos produtos agrícolas, uma vez que disponha de um corpo de elementos técnicos e de recursos financeiros suficientes.

Dispondo, a Comissão, desses elementos, estará assegurada a recuperação do Vale do Paraíba e com ele, a melhoria do abastecimento de São Paulo e Rio.

Reforma Agrária: A julgar pela situação da agricultura de São Paulo, pode afirmar-se que as medidas de financiamento para aquisição de terra, colonização e regulamentação dos arrendamentos da terra, que faz referência o Senhor Ministro da Agricultura em recente entrevista à imprensa, serão altamente benéficas ao País.

Ainda que certos observadores se coloquem em campo contrário dizendo que não necessitamos da interferência do governo para resolver o magno problema rural que é da relação entre a terra e o homem que a cultiva, parece-nos fácil mostrar que com o incremento do ritmo de nossa inflação, essa questão coloca-se cada vez mais em situação que exige adoção de medidas governamentais energicas.

Inicialmente, devemos dizer que a situação da nossa agricultura é fundamentalmente diferente da do México, Japão e outros países que adotaram medidas drásticas nesse sentido. Não necessitamos de uma divisão violenta de propriedade, pois não há falta de terra e de trabalho para a nossa população rural e os proprietários de nossas terras ainda são, em geral, agricultores empresários que organizam e dirigem as explorações rurais. Ao contrário do que ocorre com os proprietários de terra naqueles países, onde a função única

é a de coletar os arrendamentos dos agricultores, aqui no Brasil o proprietário rural é em geral um fazendeiro, com funções bem importantes na organização da produção agrícola.

A adoção de medidas violentas que venham forçar a divisão da propriedade entre nós resultará, por conseguinte numa diminuição sensível de produção, pois, os trabalhadores rurais não estão em geral em condições de se transformarem imediatamente e com sucesso em um pequeno sitiante. Falta-lhes conhecimentos técnicos, capacidade de iniciativa e principalmente capital. Aliás, se o fornecimento de crédito a nossa agricultura já se mostra precário muito mais o seria se não contasse com a função dos fazendeiros dentro da nossa organização agrícola.

Mas nem por isso podemos dizer que a organização de nossa agricultura seja satisfatória e que nada se deve fazer para melhorar a relação entre a terra e o homem que a cultiva. As nossas explorações agrícolas são em geral ineficientes, o que se nota pelo pequeno uso de máquinas, adubos e pelo desgaste sistemático de nossas terras; o nível de vida e condições de trabalho de nosso homem rural são precaríssimos quando comparados com os agricultores dos demais países civilizados e ultimamente o próprio abastecimento dos nossos centros urbanos não se tem mostrado satisfatório, quanto à produção de legumes, verduras, leites, ovos, etc., pois, a nossa organização rural tem se mostrado excessivamente morosa nas modificações que o incremento da produção desses gêneros requer. E, em grande parte a causa de tal situação se encontra nos defeitos de organização de que vimos falando.

É verdade que há alguns anos atrás ainda não se sentia a necessidade de adotar as medidas ora propostas pelo Senhor Ministro da Agricultura. A julgar pela situação de São Paulo, que dispunha de terras abundantes e a preços baixos, era fácil ao trabalhador rural comprar uma pequena propriedade e instalar-se por conta própria, depois de algum tempo de trabalho em uma fazenda, conde a medida que adquiria prática e conhecimentos podia acumular os recursos necessários. Desse modo, ainda que morosamente, processava-se uma evolução permanente de nossa agricultura, pois os trabalha-

dores contando com seus próprios recursos e, portanto sem auxílio do governo, tinham oportunidade de se tornarem proprietários.

Desde que o país entrou num ritmo acelerado de inflação e que as terras de nosso sertão foram ocupadas, o problema transformou-se radicalmente porque o preço desta subiu enormemente, forçado, entre outros motivos, pela procura de capitalistas não-agricultores, os quais receiosos de uma maior desvalorização do dinheiro passaram a adquirir terras, ainda que a preços elevados e sem considerar a renda que sua exploração lhe poderá proporcionar.

Além disso, a corrida para o algodão e o desbravamento rápido do nosso Oeste, trouxeram, juntamente com maior possibilidade de emprego para o trabalhador rural, uma tremenda instabilidade de trabalho. O empregado rural não fica hoje mais do que um ou dois anos em cada propriedade e, com isso, além dos inconvenientes sociais e economicos dessa mudança, os quais se fazem sentir na falta de educação das crianças, de uma melhoria permanente das habitações, de práticas agrícolas que conservam o solo, etc., também diminui a possibilidade da melhoria de conhecimentos técnicos, pois nem os fazendeiros atualmente tem interesse em melhorar a capacidade de trabalho e o conhecimento de seus empregados pois sabem que no ano seguinte ele já estará trabalhando em outra propriedade.

O abastecimento dos centros urbanos, no que diz respeito à produção de verduras, legumes, aves, ovos, etc., mostra-se precário devido, em grande parte a essa situação. Os fazendeiros não dispõem de operários especializados que tais explorações exigem, e, de outro lado, os muitos trabalhadores rurais que poderiam se especializar nessas explorações, não podem adquirir terras localizadas próximas a esses grandes centros porque os preços das mesmas, devido a procura dos não-agricultores, foram elevados a níveis exagerados.

Vê-se assim que as medidas referentes à colonização, crédito ao pequeno lavrador e regulamentação dos arrendamentos da terra, propugnados pelo Ministro da Agricultura, mostram-se necessarias e imprescindíveis para uma melhoria do abastecimento dos centros urbanos, do padrão de vida das nossas populações rurais e da eficiência em geral das nossas explorações agrícolas.

SITUAÇÃO DA LAVOURA

Algodão: Graças ao tempo seco e frio prosseguiu satisfatoriamente a colheita, que até o último dia do mês havia alcançado 35.435.594 arrobas, ou sejam 90% da safra prevista.

Tudo leva a crer que a previsão de 39.485.425 arrobas será alcançada no mês em curso. Procedese o arrancamento de soqueiras que está sendo um tanto prejudicado no Setor de São José do Rio Preto, pela expectativa de uma 2ª colheita por terem as plantas reagido vegetativamente. Embora todos compreendam a necessidade do arrancamento das soqueiras, admite-se que apenas 60% desse objetivo será alcançado.

O preparo de terras para novas culturas está sendo retardada em virtude da estiagem prolongada destes quatro últimos meses.

A queda de preços dos remanescentes da safra não deixou de arrefecer o entusiasmo de boa parte de plantadores para a próxima safra. Mesmo assim admite-se de um modo geral aumento de área a ser plantada, a vista de excelentes resultados obtidos por agricultores caprichosos que, além de adubações racionais realizaram de 6 a 7 pulverizações, chegando a obter devido a isso mais de 200 arrobas e mesmo em um determinado caso obteve exatamente 402 arrobas.

Café: Embora a safra prevista já fosse considerada pequena, em relação aos tratos culturais e atenções dispensadas pelos agricultores nestes últimos anos com replantas, combate às pragas e adubações, causou desapontamento as últimas notícias sobre o rendimento que se vem obtendo na colheita, tanto por mil pés como por sacos beneficiado.

No setor de São José do Rio Preto foi onde maior diferença verificou-se. Esperava-se colher 5,51 sacos de café beneficiado por mil pés e colhe-se 3,77. Nos setores de Bebedouro e Ribeirão Preto a mesma queda, porém, não tão pronunciadas, caindo de 5,6 para 4,6, mas nos demais setores a queda não é tão pronunciada. A rapidez com que procede a colheita que se calcula ter atingido 60% do total, contribui

para que tenhamos este ano uma safra inferior a 7.397.424 anteriormente calculada. Foi providenciado junto aos agrônomos regionais um levantamento especial no sentido de determinar exatamente o montante das quebras.

Cana: Prossegue o corte de cana para a fabricação de açúcar e aguardente nos diversos setores. Devido a escassez de forragens foi grande o aumento da área cultivada com cana forrageira.

Cereais: Concluídas as colheitas de milho, reina grande interesse para o aumento da área cultivada desse cereal. Há certa tendência para cultivo de milho mole e também de híbridos. Já se prepara terra para o cultivo de arroz, em alguns lugares.

É satisfatória a situação dos 900 alqueires de trigo plantado na região de Itapeva.

Batatinha: Prosseguem as últimas arrancações de batatinha da seca e já se iniciou o preparo das terras para o cultivo das próximas safras.

Fruticultura: Praticamente está no fim a colheita dos citrus, faltando somente a laranja pera para colher. De um modo geral espera-se que em 1935 os pomares apresentarão novo aspecto devido a renovação que se processa já há alguns anos.

Não vão bem as plantações de melancia de Piracicaba e Vila Americana. Confirmadas as safras de cebolas de Sorocaba, S. José do Rio Pardo, Bragança, S. João da Boa Vista e Monte Alto.

Em Monte Alto a safra de mamão foi de 90.000 caixas e de 2.000.000 de quilos, a de goiaba.

Prosseguem os combates às pragas dos abacaxisais de Brodosqui, Cosmópolis e Tatui. Reina grande interesse pela safra viti-vinicola na região de Jundiá. O frio e a seca contribuíram para um bom período de repouso da planta. Esperam-se boas produções para o fim do ano. Calcula-se que tenham sido feitos cerca de 500.000 enxertos este ano.

Entra em produção 30% dos 2.500 pés de pimenta do reino existente na região de Registro. A colheita tem sido de 5 a 6 quilos por pé.

LEVANTAMENTOS ECONÔMICOS DA SUB-DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES
MÊS DE JULHO DE 1951 ^x

POR SETORES AGRÍCOLAS	ARRÔS		FEIJÃO	MILHO	CAFÉ		ALGODÃO EM CAROÇO	AMENDOIM	MAMONA	BATA
	Em casca	Benef.	Sos.de	Sos.Em cêco	Benefic.	Per	Em casca	Por	Sos.	
	So.60 Ks	60 Ks.	60 Ks.	60 Ks	So.40K	So.60 Ks	Arreba	So.25 Ks	Quile	60 K
Aracatuba	98,40	173,70	130,70	64,40	275,10	1.003,40	77,90	53,30	3,60	190,
Araraquara	96,10	164,30	148,00	72,20	301,40	869,30	81,70	54,50	4,25	215,
Avare	95,10	171,90	132,20	69,90	289,40	1.034,80	77,80	50,00	3,70	192,
Baurú	99,90	178,00	158,60	67,90	281,50	993,50	82,90	52,60	3,70	223,
Bebedouro	99,00	169,40	148,20	68,40	291,30	1.016,90	81,50	55,30	3,43	220,
Campinas	105,40	171,00	172,20	82,30	289,70	999,00	87,60	62,50	-	210,
Capetininga	97,40	159,60	141,00	67,60	-	-	81,30	-	-	165,
Jeá	106,30	175,90	140,00	72,20	284,70	984,60	85,00	-	3,80	215,
Marília	108,50	182,40	129,50	69,20	291,40	1.039,30	77,80	52,20	3,54	182,
Piracicaba	111,10	188,70	151,30	75,60	278,10	958,60	91,30	72,50	-	202,
Piraquunga	99,90	169,30	172,10	72,50	291,60	996,80	85,90	66,30	-	194,
P. Prudente	97,70	168,10	121,70	54,70	284,00	1.004,90	77,90	51,70	3,34	155,
Rib. Preto	103,20	177,30	165,40	62,00	280,90	995,50	80,50	50,00	4,04	215,
S.J.R.Preto	98,80	162,30	122,00	64,80	307,50	1.062,50	78,60	53,20	3,50	240,
São Paulo	85,80	174,00	160,90	84,90	294,60	922,40	-	-	-	203,
Taubaté	99,30	186,30	170,00	97,50	-	-	-	-	-	220,
Preço médio de Estado JULHO 1951	100,60	172,70	145,70	70,40	289,40	1.009,10	79,60	52,20	3,66	185,
Idem Jun 51	100,20	175,60	162,00	67,90	294,00	1.037,30	106,20	52,50	4,10	209,
" Mai 51	99,90	172,40	190,80	67,50	312,90	1.085,20	141,90	52,80	4,07	200,
" Abr 51	93,00	172,80	170,00	68,00	310,50	1.080,50	126,40	53,70	3,99	183,
" Mar 51	97,50	172,70	162,00	66,60	313,20	1.085,40	134,80	50,80	3,91	160,
" Fev 51	97,80	174,00	148,50	66,10	318,00	1.096,20	-	59,50	3,61	135,
" Jan 51	102,70	178,60	128,50	65,50	316,10	1.076,60	-	65,60	3,34	115,
" Dez 50	104,70	182,00	132,00	62,10	304,60	1.032,30	-	84,50	2,93	173,
" Nov 50	111,40	193,40	137,30	61,60	311,80	1.056,60	-	99,80	2,65	240,
" Out 50	125,50	207,10	139,30	58,30	336,40	1.133,00	80,60	93,70	2,86	214,
" Set 50	125,80	209,50	135,00	56,10	353,20	1.165,60	79,90	90,70	2,90	199,
" Ago 50	117,10	197,10	130,30	53,00	334,20	1.096,50	82,50	88,90	2,16	198,
" Jul 50	104,90	179,10	127,90	49,90	316,50	1.043,30	79,60	72,10	2,02	190,

(x) Dados de Julho sujeitos a revisão posterior.

Coletados pela Seção de Mercados e Preços.

MERCADOS E PREÇOS

Algodão: Na primeira quinzena de julho os preços do algodão continuaram a cair. O tipo 5 que, no dia 3 estava sendo cotado no disponível a Cr.\$ 290,00 a arroba passou a Cr.\$ 252,00 no dia 16, apresentando uma queda de Cr.\$ 38,00 por 15 quilos. Na segunda quinzena, porém, as cotações mantiveram-se estáveis, acusando mesmo uma pequena alta. O tipo 5 foi cotado no dia 31 a Cr.\$ 257,00 por arroba. No termo as cotações sofreram modificações semelhantes a do disponível.

Com relação a situação estatística do mercado pouco temos a acrescentar ao balanço que demos no comentário publicado em julho. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou que foram semeados 29,5 milhões de acres, sendo que a 1ª estimativa de produção prevê uma colheita de ... 17.266,000 de fardos, ou seja quase 1,3 milhões a mais do que planejado pelo governo americano. É de salientar que sendo confirmada tal previsão a safra americana será inferior somente a colhida na estação de 1937/38. Em vista do volume da atual safra o Departamento de Agricultura anunciou que apesar do sistema de licenças de exportações continuar em vigor, não haverá mais restrições às quantidades a serem vendidas aos vários países estrangeiros.

Com essa estimativa americana já é possível dar-se um razoável balanço na situação estatística do algodão tanto nos E.U.A., como no mundo na safra 1941/52 e que apresenta - mos nos quadros abaixo:

QUADRO I
SITUAÇÃO ESTATÍSTICA MUNDIAL DO ALGODÃO
milhões de fardos de 217 quilos

Safra começando em 1º de Agosto	S U P R I M E N T O			Consumo	"carry-over" no fim da safra(1)	Comércio Internacional (exportações)
	"Carry-over" no começo da safra	Produção	Suprimento total			
média						
1934/35-1938/39	17,0	30,5	47,5	29,5	17,0	12,9
1946/47	24,9	21,6	46,5	28,0	18,2	9,6
1947/48	18,2	25,3	43,5	28,8	14,5	8,7
1948/49	14,5	29,0	43,5	28,3	14,8	10,8
1949/50	14,8	31,3	46,1	29,3	16,5	12,2
1950/51 (2)	16,5	27,5	44,0	32,0	11,8	11,5
1951/52 (3)	11,8	35,0	46,8			

(1) Computando-se as quantidades destruídas por fogo, etc.

(2) Dados preliminares

(3) Estimativa.

QUADRO II
SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DO ALGODÃO NOS E.U.A.
(milhões de fardes de 217 quilos)

Safra	S U P R I M E N T O				D I S T R I B U I Ç Ã O		"Carry-over" no fim da safra (1)
	começando em 1º de AGOSTO	"Carry-over" de safra	Produção	Importação	Suprimento total	Gensu Exportação	
Média							
34-35/38-39	7,3	12,4	0,2	19,9	6,5	5,0	8,3
1946/47	7,3	8,6	0,3	16,2	10,6	3,6	2,5
1947/48	2,5	11,7	0,2	14,4	9,3	2,0	3,1
1948/49	3,1	14,6	0,2	17,9	7,8	4,7	5,3
1949/50	5,3	16,0	0,2	21,5	8,9	5,8	6,8
1950/51	6,8	9,9	0,3	17,0	10,7	4,2	2,1
1951/52	2,1	17,3	0,2	19,6			

(1) Computando-se as quantidades destruídas por fogo, etc.

Pelos números acima podemos ver que a situação estatística do algodão pode ser considerada satisfatória, pois os suprimentos para a estação que se iniciou em 1º de agosto são maiores e se aproximam da média de pré-guerra (1934/38), tanto nos Estados Unidos, como em todo o mundo.

Ainda que a situação mundial esteja se normalizando, não se pode eliminar a possibilidade dos preços do mercado interno virem a reagir nos próximos meses motivado por um possível excesso de exportação e por conseguinte escassez de produto para o suprimento interno.

Os preços no interior sofreram baixas acentuadas, sendo que o preço médio recebido pelos lavradores em julho foi de Cr. \$ 79,60 por arroba em caroço, ou seja Cr. \$ 26,60 a menos que no mês anterior.

Café: Ainda em julho continuou o retraimento dos centros importadores de café, sendo por conseguinte pequeno o volume de café exportado pelo País. Nesse mês foram exportados por Santos apenas cerca de 460 mil sacas, ou seja pouco mais de 30 mil sacos que o total saído em junho. É interessante assinalar que em julho do ano passado somente

por Santos foram exportados 1.159.669 sacos.

As cotações de café em Santos sofreram baixas e altas, que foram em parte, reflexo das mudanças hávidas na orientação da política cafeeira do Governo Federal, conforme comentários de outra seção deste Boletim. Assim o tipo 4 mole que estava cotado no disponível a Cr.\$ 192,50 por 10 quilos no dia 2 de julho caiu a Cr.\$ 191,50 por ter se mostrado pouco satisfatória a intervenção federal no disponível, reagindo mais tarde parece que, devido as compras efetuadas no mercado a termo.

No interior, como reflexo da situação em Santos, houve quedas acentuadas. O preço médio recebido pelos lavradores em julho foi de Cr.\$ 289,40 por sacco em coco e Cr.\$ 1.009,10 por sacco de produto beneficiado.

Aguarda-se com ansiedade a determinação da porcentagem de quedas de colheita e do rendimento que está sofrendo a safra em curso. No caso de se confirmarem as noticias recentemente ventiladas, de quedas sensíveis, a situação do mercado poderá tomar novos rumos.

Arroz: Os preços de arroz no interior, mantiveram-se estáveis, sendo que foram obtidas as médias de Cr.\$ 100,60 por sacco em casca e de Cr.\$ 172,70 por sacco beneficiado nas vendas efetuadas pelos agricultores.

Foram exportados por Santos no mês de julho 4.487 toneladas de arroz.

Feijão: O preço médio recebido pelos lavradores em julho foi de Cr.\$ 145,70 acusando portanto uma baixa de Cr.\$ 16,30 por sacco de 60 quilos. Entretanto é esse preço de Cr.\$ 17,40 mais elevado que o verificado em igual periodo do ano passado.

Milho: Verificou-se um ligeiro aumento de Cr.\$ 3,50 por sacco de 60 quilos no preço médio recebido pelos lavradores no mês de julho. Mantiveram-se ativos durante todo o mês as exportações do produto que totalizaram a apreciável quota de 18.524.898 quilos. Continua ainda firme o mercado.

Amendoins Manteve-se inalterada a posição do amendoim duran

te o mes de Julho. O preço pago aos lavradores foi em média de Cr. \$ 52,20 por sacco de 25 K. em casca, preço esse praticamente o mesmo dos meses anteriores, apesar da entrada no mercado da safra das secas.

Mamona: Caiu o preço médio de quilo para Cr. 3,66. A exportação verificada no mes de julho foi de 308.454, quantidade essa inferior a média mensal do primeiro semestre.

Batata: O preço médio recebido pelos lavradores no interior foi de Cr. \$ 185,00 por saça de 60 quilos, preço esse inferior, em Cr. \$ 24,60 que o do mes de junho. Essa queda já se deve a entrada no mercado da safra das secas.

Banana: Com a assinatura em fins de julho, do contrato estabelecido pelo Brasil e a Argentina e cujos termos principais são aqueles indicados em o numero anterior deste boletim (nº 4, pg. 19/20), tende a normalizar a exportação desta fruta para Buenos Aires. Realmente, enquanto em junho a exportação total foi de somente 222.180 cachos e nenhuma quantidade dessa fruta saiu para a Argentina — já no mes de julho, quando as negociações sobre o novo contrato estavam terminadas, a exportação da banana para a Argentina alcançou a cifra de 497.354 cachos, tendo a exportação total do mes, atingido a 789.099 cachos. Tendo em conta que aquele contrato se refere a 11.000.000 de cachos que serão exportados em um periodo de 18 meses, verifica-se que a exportação de julho não atingiu a cifra media de 611.000 cachos que poderá ser enviada aquele mercado, dentro dos termos desse documento. É de se esperar que essa media seja atingida já no mes corrente, uma vez que, então, terá terminado a distribuição das quotas de exportação entre os produtores do litoral, medida esta necessaria para o cumprimento do contrato.

Além desse importante fato no comércio da banana, é digna de relevo a exportação dessa fruta para a Grã-Bretanha, a qual atingiu no mes, a cifra de 215.745 cachos, o que perfaz, para os seis primeiros meses do ano, o total de 785.343 cachos enviados a esse País. Desse modo, a exportação de banana para esse mercado consumidor, reiniciada em fins do ano passado, após 10 anos de interrupção, prossegue em ritmo bastante animador, o que obriga os nossos exportadores a redobram os cuidados com a fruta enviada, afim de satisfazer plenamente esses nossos clientes. Com as exportações do mes de junho, o total dessa fruta saído por Santos, já atingiu este ano, a cifra de 5.729.664 cachos.

SITUAÇÃO DA PECUARIA

Pastagens: As pastagens em quase todo o Estado encontra-se em condições bastante desfavoráveis a criação. Além da falta de precipitação que lhe tem prejudicado severamente algumas zonas tem sido ainda castigadas com frio e geadas. Apenas na Noroeste os benefícios de chuvas caídas em junho ainda não desapareceram de todo.

Gado de Corte: Na Noroeste verificou-se a saída normal de bois gordos para os frigoríficos e também a entrada de bois magros dos centros criatórios. Os preços do gado têm atraído novos criadores e constata-se aumento de área de internadas. Na região de Andradina, está se cobrando de Cr.\$ 10,00 a Cr.\$ 12,00 de aluguel por mês e por cabeça. Na alta Sorocabana o gado não se apresenta em bom estado de carne. Entretanto, saem boiadas com destino aos pontos de abate, com intuito único de se aliviarem as internadas.

Cotações de Barretos: (Associação Rural do Vale do Rio Grande)

Bovino magro: Cr.\$ 1.200,00 a Cr.\$ 1.400,00 por cabeça, conforme era, qualidade e apartação.

Bovino gordo:	<u>Mercado livre</u>
Novilhos especiais	Cr.\$ 115,00
Tipo consumo	115,00
Carreiros e marrucos	110,00
Vacas	107,00

Em relação ao mês anterior, houve somente variação na cotação deste último tipo, que se elevou de 100 para 107 cruzeiros.

Gado de Leite: O rebanho leiteiro sofre as consequências das condições precárias das pastagens e da falta quase total do arraçamento suplementar. Em consequência a produção leiteira está cada vez mais diminuída e o desânimo dos produtores é acentuado. Nota-se já em algumas regiões o desinteresse pela exploração bem como a tendência de certos produtores em mudar de atividade.

Continua ainda o desajuste na distribuição da torta de algodão. Os pecuaristas procuram as Casas da Lavoura que

não mais estão encarregados de atendê-los. O preço do leite pago pelas usinas de beneficiamento permanece inalterável. Foram registrados focos de febre aftosa em diversos pontos do Estado.

Avicultura: Mantém ainda o interesse já verificado e comentado anteriormente. Novas granjas foram instaladas em Cafelandia e a par da produção de ovos figura a do esterco, como acontece na região de Jundiá. Em Caçapava a Casa da Lavoura tem recebido consultas sobre instalações de granjas-normas de criação. O que parece causar receio aos interessados é a dificuldade na obtenção dos alimentos indispensáveis a criação. Em Leme a ração para poedeiras está custando Cr.\$ 2.400,00 a toneladas.

Cotação: (Associação Paulista de Agricultura).

Ovos de granja	Caixa de 30 dúzias.
Tipo A	Cr.\$ 290,00(media)
Tipo B	273,00 "

Aves:

Frango (Rhodes, New Hampshire)	Cr.\$ 17,00 a Cr.\$18,00	(quilo vivo)
Galinha	14,00	" "
Leghorn	12,50	" "

Como se verifica houve acentuada baixa nas cotações dos ovos em comparação as do mês passado. O mercado de aves mantém-se firme.

Suinocultura: É grande o número de porcos gordos, prevendo-se entretanto uma diminuição na safra futura devido a produção de milho que deverá ser menor.

Em Rancharia a peste suína causou algum prejuízo à criação:

Cotação de Barretos: (Associação do Vale do Rio Grande)

Magro:	Cr.\$ 480,00	por cabeça	(média de 6 arrobas)
Tipo A:	(especial)	Cr.\$ 190,00	por arroba.
Tipo B:	(gordos)	180,00	" "
Enxuto		170,00	" "

REERGUMENTO DAS FAZENDAS DE CAFÉ

Observações Colhidas na Fazenda São Bento: Continuando nos-
sas exposições sobre o trabalho de reergimento das fazendas de café na cha-
mada zona velha, apresentaremos as observações colhidas na
Fazenda São Bento, da qual é proprietário e administrador o
Engenheiro Agrônomo Snr. Antonio Bento Ferraz.

Propriedade agrícola essencialmente cafeeira, achava-se em absoluta decadência por volta de 1936, quando foi adquirida pelo seu atual proprietário. Este, então planejou reerguê-la com o fim de obter renda. Posto o objetivo, era necessário delinear um programa de trabalho para alcançá-lo. Depois de estudar o problema verificou que o fim almejado poderia ser conseguido pela reorganização da propriedade. Esta foi feita obedecendo o seguinte plano:

- 1- Corte de 60 alqueires de mato existente e eliminação de 155.000 pés de café, obtendo-se assim uma renda imediata com a venda da lenha e uma diminuição do custeio pela eliminação do café improdutivo;
- 2- Reflorestamento e formação de pomares comerciais nos 110 alqueires antes ocupado pelo mato e cafezal decadente. Foram plantados 665.000 pés de eucaliptos e 15 alqueires de vinhedo e figueiral, explorações essas que permitiriam à propriedade um aumento em sua receita anual;
- 3- Ampliação das pastagens e aumento do rebanho, visando incrementar a produção de esterco indispensável à restauração da propriedade;
- 4- Restauração do cafezal que foi conservado. Iniciada juntamente com a execução dos planos anteriores, somente tornou-se intensa e racional em fins de 1939 quando estendeu as práticas de reergimento a todos os 40.000 cafeeiros existentes. Esta tarefa foi realizada porque seu proprietário acreditava na possibilidade de reerguer a produção de seu cafezal pelo emprego de melhor técnica.

Como vemos, pelo esquema de trabalho seguido, a fazenda saía da monocultura — café — para a exploração mixta. Este problema foi facilitado devido a localização da propriedade que além de oferecer condições ecológicas propícias a fruticultura, achava-se próxima aos grandes centros consumidores (1) de lenha e de frutas.

Na restauração do cafezal foram aplicadas as seguintes técnicas:

- a) construção de canaletas em nível afim de reter e distribuir equitativamente as águas das chuvas. Medida esta considerada de alto valor pelo proprietário porque de baixo custo e de grande proveito;
- b) adubação orgânica e química feita sistematicamente durante cinco anos. A seguir somente metade da lavoura passou a ser adubada anualmente. O esterco é produzido por 180 cabeças mantidas em regime de semi-estabulação;
- c) substituição sistemática das árvores fracas — prática iniciada logo que adquiriu a fazenda e que também é considerada de importância vital a restauração cafeeira. A ela o proprietário atribue em grande parte, não só o aumento da produção como a sua maior estabilidade;
- d) desbrota e limpeza das árvores feitas anualmente em toda a lavoura;
- e) polvilhamento e repasse do cafezal. Desde 1948 vem executando essas práticas em caráter profilático.

As práticas usadas no reerguimento do cafezal decadente vem satisfazendo inteiramente o objetivo. Os resultados alcançados podem ser apreciados através da produção que se elevou da média de 40 arrobas por mil pés em 1936/1939 para 79 nos anos de 1942/1944, 93,8 em 1945/1947 e finalmente 97 arrobas no período de 1948/50. É de se notar, conforme os números abaixo, que a produção mostra tendência para se elevar não obstante as quedas de 1949/1950 que foram anos muito desfavoráveis devido a estiagem.

PRODUÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO

Anos	Ses. 60 Kgs.	Arrebas/1000 pés	Anos	Ses. 60 Kgs.	Arrebas/1000 pés
1936-39		40,0	1946	1.096	109,6
1942	732	73,2	1947	785	78,5
1943	970	97,0	1948	1.202	120,2
1944	682	68,2	1949	680	68,0
1945	934	93,4	1950	1.028	102,8

(1) São Paulo, Jundiaí e Campinas.

Os processos técnicos para restaurar o café na fazenda em questão não difere muita das práticas desenvolvidas em outras propriedades igualmente bem orientadas que estão reerguendo seus cafezais. Contudo, devemos salientar dois pontos grandemente responsáveis pelo aumento e estabilização da grande produção da referida propriedade:

- 1 - substituição sistemática dos pés decadentes; em média 1.000 pés foram e são anualmente substituídas por novos, estando atualmente sendo cultivada a variedade Bourbon 370. I.A. É importante notar que devido a prática sistemática da substituição, o proprietário eliminou o problema das falhas, comum nas lavouras velhas, pois terá uma reforma completa do seu cafezal após de terminado período de tempo;
- 2 - escolha de uma proporção entre o número de cafeeiros e rebanho leiteiro, a qual permite a adubação orgânica intensiva da lavoura. Assim é que foi possível aplicar 40 litros de esterco por pé, complementada ainda com torta e fertilizantes.

Como ficou visto atrás, apenas 20.000 pés são atualmente adubados por ano, custando essa operação cerca de Cr.\$5,00 por pé (1). A prática de substituição custou em média Cr.\$3,20 por cova(2).

Si, porém, desejarmos conhecer os gastos totais dispendidos anualmente com os 40.000 cafeeiros em produção, para cobrir todas as práticas de restauração atrás enumeradas, precisamos alinhar as seguintes despesas(3): a) conservação de canaletas Cr.\$1.500,00; b) adubação orgânica e química Cr\$ 100.000,00; c) substituição de árvores fracas-Cr.\$3.200,00; d) desbrota e limpeza-Cr.\$ 3.600,00; e) polvilhamento e repasse contra a bróca- Cr.\$10.500,00. Esse total de Cr.\$118.800,00 distribuído para todo o cafezal dá uma despesa anual de Cr.\$2,97 por pé. Em outros termos, a restauração elevou o custo de produção em Cr.\$ 2.970,00 (3) por mil pés. O acréscimo de custeio que a primeira vista parece ser grande, realmente não é, si considerarmos que o valor das 50 arrobas por mil pés obtidas a mais no período de 1942/50 em relação a média de produção das safras de 1936/39 deve cobrir, com folga a elevação do custeio decorrentes do emprego das práticas de restauração.

(1) Nessa cifra está computado o valor de esterco e dos fertilizantes, bem como os serviços necessários à adubação. Cálculo feito na safra de 1949/50;

(2) Da 1949/50;

(3) As bases para os cálculos foram do acôrde com os preços tomados em 1949/50;

Diante desses resultados tão animadores, o proprietário da Fazenda São Bento decidiu ampliar sua lavoura cafeeira plantando, dentro das mais recentes normas técnicas recomendadas, 42.000 pés de café Brubon 370 I.A. Essa cultura foi feita em terras não destocadas que tinham sido previamente usadas com eucalipto (1) os quais forneceram dois cortes, sucessivamente em 1943 e 49.

A novel lavoura de aspecto sadio e viçoso tem vinte meses de idade e acha-se toda plantada em curva de nível. O seu custo de formação desde a abertura da cova até o presente momento, está calculado individualmente em cerca de Cr.\$ 9,50.

Com o objetivo de fazer face ao proximo aumento no consumo de adubo organico para abastecer seu novo cafezal, o agronomo administrador está planejando a criação avícola, pois como é sabido uma ave produz de 16 a 20 quilos de dejeção por ano.

As medidas adotadas na Fazenda São Bento com o fim de reerguer e de formar café novo em zonas velhas nos causou ótima impressão. E agora, com a exploração avícola é de se esperar que a propriedade possa iniciar a produção eficiente do composto, de modo a tornar mais econômica a produção de adubo organico pela redução da extensa área de alto valor que hoje é reservada para pastagem, com conseqüente diminuição do rebanho que atualmente é todo para produzir esterco.

(1) Reflorestamento feito após o corte do mato.



SECRETARIA DA AGRICULTURA
 DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

DIVISÃO DO ESTADO DE S. PAULO
 EM SETORES, REGIÕES AGRICOLAS E MUNICÍPIOS

1950

LEGENDA

- SEDE DOS SETORES AGRICOLAS
- SEDE DAS REGIÕES AGRICOLAS
- MUNICÍPIOS
- DIVISA DE SETORES
- - - DIVISA DE REGIÕES
- DIVISA DE MUNICÍPIOS